

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SAMARA CAROLINE STAUB**

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO CONFORME A  
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC T – 15**

**FLORIANÓPOLIS**

**2019**

**SAMARA CAROLINE STAUB**

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO CONFORME A  
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC T – 15**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Denize Demarche Minatti Ferreira.

Coorientador(a): Ma. Monique Cristiane de Oliveira.

**FLORIANÓPOLIS**

**2019**

**SAMARA CAROLINE STAUB**

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: EVIDENCIAÇÃO CONFORME A  
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC T – 15**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo nota média de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

---

Prof. Fernando Richartz, Dr.  
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

---

Prof<sup>a</sup>. Denize Demarche Minatti Ferreira, Dr<sup>a</sup>.  
Presidente (Orientador)

---

Ma. Monique Cristiane de Oliveira  
Membro

---

Prof. Dr. José Alonso Borba  
Membro

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Aos meus pais e minha filha, pelo amor,  
atenção e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por todas as bênçãos concedidas.

Aos meus pais que são exemplos de força e determinação, por sempre me apoiarem e acreditarem em meu potencial.

A minha filha, por ser minha maior motivação para alcançar meus objetivos.

A minha orientadora professora Denize Demarche Minatti Ferreira pelo apoio e confiança em meu trabalho.

A Universidade Federal de Santa Catarina por oportunizar a experiência em realizar uma graduação pública e de qualidade.

## RESUMO

STAUB, Samara Caroline. **Responsabilidade Socioambiental: Evidenciação Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T – 15. 39 fls.** Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável das empresas tem requerido ações sociais e ambientais responsáveis. Neste sentido, a contabilidade pode ser utilizada como ferramenta para fornecer informações econômico-financeiras e de natureza socioambiental aos seus usuários, a fim de estruturar e evidenciar a responsabilidade cabível às entidades. Desta forma, o presente trabalho tem o objetivo de verificar o compromisso das empresas em relação a transparência e o cumprimento as adequações, relativas aos aspectos sociais e ambientais. Para tanto, será aplicado um *checklist* com base na norma NBC T – 15, elaborado pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), nas grandes empresas brasileiras consideradas como Melhores Empresas Para se Trabalhar, de acordo com o GPTW (*Great Place to Work*), no ano de 2018. O método de pesquisa é descritivo, onde a coleta de dados ocorrerá por meio dos Relatórios de Sustentabilidade divulgados em 2018. Constatou-se que as informações divulgadas ainda se mostram deficitárias, visto que nível as empresas revelaram o nível médio de evidenciação de 43%, isto é, de um total de 35 itens propostos para divulgação, em média 15 foram divulgadas no ano de 2018. Especialmente quando se trata de valores monetários, faz-se necessário maior comprometimento referente à divulgação e transparência das informações, porém as empresas parecem demonstrar alguma preocupação com a questão socioambiental.

**Palavras Chave:** Responsabilidade Socioambiental. Responsabilidade Social Corporativa. Evidenciação Socioambiental. NBCT – 15.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Empresas que compuseram a amostra final. ....	22
Quadro 2 - <i>Checklist</i> adaptado da norma NBC T - 15.....	23
Quadro 5 - Rotatividade do Pessoal. ....	27
Quadro 6 – Percentual de colaboradores por sexo. ....	27
Quadro 7 - Total de Remunerações e Benefícios Evidenciados.....	29
Quadro 8 – Representatividade de Indenizações e Multas .....	31

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Percentual de itens atendidos.....	25
Figura 2 – Percentual de itens atendidos referente aos Aspectos de Interação com o Meio Ambiente .....	26
Figura 3 - Itens atendidos referente à Composição de Recursos Humanos.....	28
Figura 4 - Itens atendidos referentes à Remuneração e benefícios concedidos aos empregados. ....	29
Figura 5 – Percentual de ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade .....	30



## LISTA DE SIGLAS

BM – Bolsa de Mercadorias

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

GPTW – *Great Place To Work*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

NBC T 15 – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n.º 15

NPA – Núcleo de Pesquisas Aplicadas

ONGs – Organizações Não Governamentais

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA .....	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	15
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC).....	16
2.3 RESPONSABILIDADE E CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	18
2.4 ESTUDOS SIMILARES .....	19
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
3.1 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	22
3.2 LEVANTAMENTO DA AMOSTRA.....	22
3.3 COLETA E PADRONIZAÇÃO DOS DADOS .....	23
<b>4 ANÁLISES DOS RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
4.1 RESULTADOS GERAIS.....	25
4.2 RESULTADOS POR CATEGORIA .....	25
4.2.1 INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE .....	25
4.2.2 COMPOSIÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	26
4.2.3 REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS.....	28
4.2.4 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE.....	30
<b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICE A – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE B – COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE C – REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS .....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICE D – AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças impostas pelo mercado e pelas atividades das empresas com seu universo de relações e práticas impõem inquietações e exigem atitudes das organizações e seus gestores: sustentabilidade e responsabilidade social (MELLO, 2018). O que de acordo com o autor, significa que a existência de uma consciência empresarial responsável é fundamental para que haja possibilidade de engajamento de todos no processo de desenvolvimento para a preservação do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa.

Segundo Bellen (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável é o resultado de um processo de reavaliação da relação entre a sociedade civil e seu meio natural. O autor afirma, que foi a partir da crise ambiental e, conseqüentemente, da emergência da consciência ambiental, que as sociedades contemporâneas começaram a se defrontar com a ideia de limites de crescimento.

De acordo com Ribeiro (2006), as empresas estão se conscientizando da responsabilidade que lhes cabe, tendo em vista os recentes fatos econômicos, políticos, sociais e ambientais, principalmente aqueles relacionados à globalização, ou seja, a conquista de novos mercados, as exigências de natureza ambiental, as características da mão-de-obra utilizada e as reivindicações organizadas da sociedade. Alcançar o desenvolvimento sustentável requer uma aproximação integral aos processos econômicos, sociais e ambientais (COSTA; COHEN; SCHAEFFER, 2007).

Na preocupação com a sustentabilidade e na busca por vantagens competitivas, as organizações têm se adaptado para aperfeiçoar a qualidade do produto, melhorar a eficiência no processo produtivo e conservar o meio ambiente (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2014).

O que está ocorrendo é mais do que uma resposta às novas pressões sociais e econômicas criadas pela globalização. A pressão que o mercado exerce nas empresas faz com que elas precisem se autoanalisar continuamente. Criam-se, assim, novos modelos de comportamento que regem o modo como os negócios são feitos (ASHLEY et al., 2005). Logo, a área socioambiental tem se tornado campo para pesquisas, inclusive para os profissionais de ciências contábeis (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2014).

Corroborando com o exposto, à contabilidade cabe a tarefa de estruturar essa necessidade de integração da problemática socioambiental no contexto das atividades das empresas, de maneira a se contemplar um estado de equilíbrio entre o social e o funcional, onde

a competitividade, na perspectiva de estratégia de gestão, resulte numa postura socialmente correta, ambientalmente sustentável e economicamente viável (COSENZA, 2012).

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A capacidade das empresas em se adequar a novos cenários, frente às perspectivas da sociedade em geral, é avaliada sob a ótica da necessidade de sua inserção e sustentação no mercado (DIAS *et al.*, 2014). Os autores afirmam que sob a valorização de temas sustentáveis, o comportamento empresarial é analisado, uma vez que, os aspectos relacionados à preocupação socioambiental são instrumentos de legitimação e compromisso com o meio ambiente.

Ressalta-se que dos anos 90 até hoje, ferramentas, como normas, certificações socioambientais, movimentos e campanhas foram criados em diferentes partes do mundo para consolidar conceitos como os de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, traduzindo-os em prática de gestão, onde se espera que estas sejam transparentes e possam ser verificadas (LOUETTE, 2008).

Neste contexto, com a finalidade de nortear a criação de procedimentos para divulgação de informações socioambientais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T – 15, no ano de 2004. Esta norma indica procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CFC, 2004).

Em conformidade com o exposto, surge a pergunta que norteia a presente pesquisa: Como as informações socioambientais estão sendo evidenciadas pelas empresas eleitas como Melhores Empresas Para se Trabalhar no ano de 2018 de acordo com a NBC T – 15? Nesse sentido, os objetivos gerais e específicos deste trabalho têm o propósito de auxiliar a responder esta pergunta de pesquisa.

## 1.2 OBJETIVOS

Este item apresenta os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar como as empresas divulgam as informações, em relação à transparência e ao cumprimento as adequações no que tange aos aspectos sociais

e ambientais à norma NBC T – 15 pelas grandes empresas brasileiras consideradas como Melhores Empresas Para se Trabalhar GPTW (*Great Place to Work*) do ano de 2018.

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes os objetivos específicos foram determinados:

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade, no ano de 2018;
- b) Adaptar um *checklist* de acordo com a norma NBC T – 15 e aplicá-lo nas empresas da amostra;
- c) Analisar as empresas no que tange aos aspectos sociais e ambientais de acordo com os itens constantes nas quatro categorias determinadas no *checklist* adaptado.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A problemática gerada pelo uso excessivo de recursos naturais para suportar o consumo tornou a preocupação com o meio ambiente um fator crítico nos negócios (FILHO; ROSA, 2017). Mello (2018) aponta a necessidade de as organizações acompanharem os constantes avanços, principalmente tecnológicos, incorporar inovações, superar expectativas de *stakeholders* e maximizar atuações no mercado com estes novos componentes, agregando, às práticas da gestão tradicional, a gestão socioambiental.

Deste modo, as organizações vêm buscando se desenvolver de forma sustentável, termo que define como práticas empresariais sustentáveis aquelas que consigam satisfazer as necessidades de seus clientes e gerar valor aos acionistas sem comprometer a continuidade da sociedade e dos ecossistemas (VELLANI, 2011).

As relações comerciais devem obedecer aos preceitos que darão reputação e credibilidade à empresa. Esses dois fatores passam a ser um ativo da organização, cuja tangibilidade é difícil, mas precisam ser monitorados. Neste sentido, questionam-se quais os são os valores cultivados pelas empresas, onde a responsabilidade socioambiental, ética e transparência, devem ser alguns deles (GARAY, 2019).

De acordo com Sampaio et al. (2012), o nível de evidenciação de informações socioambientais aumentou nos últimos anos, refletindo a crescente preocupação das empresas com questões econômicas, sociais e ambientais. Assim, a evidenciação de informações socioambientais, expressas nos relatórios contábeis se revela necessária, pois são capazes de

impactar positivamente na situação econômica e financeira de uma empresa, além de uma melhor imagem perante o mercado de capitais, clientes, fornecedores, sociedade (BESEN *et al.*, 2018).

Nesse âmbito, o estudo justifica-se pela relevância do tema, bem como, a importância da contabilidade como ferramenta para a evidenciação das informações socioambientais, identificando desse modo, como as empresas atuam em relação à divulgação e transparência das informações socioambientais, mediante a aferição e transformação de dados em informações a partir dos elementos contidos nos relatórios divulgados pelas empresas estudadas.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos: introdução; fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análise dos resultados; conclusões e recomendações.

No capítulo de introdução contém breve resumo sobre o tema, bem como, os objetivos, a delimitação da pesquisa e sua justificativa.

A fundamentação teórica apresenta as revisões da literatura referente a tópicos inerentes ao tema de pesquisa como sustentabilidade empresarial, responsabilidade social corporativa, responsabilidade e contabilidade socioambiental, bem como estudos similares.

Os procedimentos metodológicos apresentam a disposição da pesquisa, a amostra levantada e os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados.

O capítulo de análise dos resultados apresenta as decorrências da análise de conteúdo empreendida, demonstrando os resultados por categorias e gerais e, no último capítulo são expostas as conclusões, bem como, recomendações para estudos posteriores e, por fim, as referências utilizadas no presente estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade deixou de ser elemento figurativo do discurso para se constituir em recurso indispensável à cultura e a gestão das organizações por pelo menos dois motivos: (i) exigência dos *stakeholders* e da sociedade, que cobram compromisso em relação ao meio ambiente, aos direitos humanos e trabalhistas e esperam que as organizações mantenham a saúde econômico-financeira que garanta o emprego e a renda e; (ii) conscientização gradativa das organizações para a sua dependência em relação aos recursos naturais, indispensáveis para a sua sobrevivência, e a importância estratégica do relacionamento ético (BUENO, 2015).

De acordo com Dias (2011), a sustentabilidade estabelece uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades e aspirações humanas. O autor enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não uma responsabilidade setorial.

Nas organizações, a dimensão da sustentabilidade empresarial propõe o equilíbrio dinâmico necessário e permanente entre a atuação, nos aspectos de organização empresarial (econômica), sindicatos (social) e entidades ambientalistas (ambiental) (DIAS, 2011). A organização sustentável é, portanto, aquela que consegue gerar lucro para proprietários e acionistas, protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com as quais mantém interações (LÉON-SORIANO et al., 2010). Ainda de acordo com os autores, a sustentabilidade organizacional pode ser definida como a capacidade das organizações alavancarem seu capital econômico, social e ambiental a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável em seu domínio político.

Conseqüentemente, tal modelo de organização promove oportunidades de inovação para as empresas, de modo a elevar suas participações de mercado, acrescentar mais produtos ao portfólio, com a intenção de atender novos mercados e criar fontes de lucro, desenvolver processos e tecnologias mais limpas e econômicas e, como cooperar com a preservação do meio ambiente, gerando bem-estar e qualidade de vida ao público interno e externo (CTE, 2016).

De maneira geral, as organizações sustentáveis de acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.134) caracterizam-se como:

[...] empresas que têm um papel social e ambiental extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocando mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à ideia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social.

Convém observar que além do aspecto ambiental no qual a organização está inserida, as empresas que integram a sustentabilidade à sua estratégia empresarial adquirem vantagens competitivas significativas, tais como: redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazo; aumento de produtividade; melhora da imagem de marca perante o mercado; aumento do valor de marca; conquista de novos públicos e fidelização de clientes (BERLATO, GOMEZ, SAUSSEN, 2016).

Por este motivo, é possível afirmar que a sustentabilidade empresarial não está alicerçada somente em aspectos ambientais, sociais e econômicos, dentro de um modelo macro de gestão onde ela está inserida. Há também requisitos importantes como a ética, transparência, a prática da governança corporativa, o bem-estar dos funcionários e a seleção de fornecedores engajados com a sustentabilidade, características que de fato revelam a importância que a sustentabilidade tem na empresa e o comprometimento com que todo esse processo está sendo e será desenvolvido (SANTOS; SILVA, 2017).

Nesse sentido, para que uma empresa possa alcançar desenvolvimento pleno, no âmbito da sustentabilidade organizacional, o papel dos gestores e colaboradores é importante, à medida que devem desenvolver competências e gerar entregas comprometidas, com a finalidade de conduzir os demais indivíduos rumo ao alcance de objetivos organizacionais de uma empresa sustentável (KUZMA; DOLIVEIRA; SILVA, 2017).

Isto posto, infere-se que a sustentabilidade empresarial é um conjunto de práticas de responsabilidade social e ambiental, tanto da organização quanto das atitudes dos gestores que nela atuam e pode ser vista como diferencial competitivo para as empresas na atualidade quando bem desenvolvida. Nesse sentido, as empresas, envolvidas com estes conceitos podem alcançar posição de destaque perante as demais, pois a exigência por empresas com esse perfil se torna constante por parte da sociedade.

## 2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC)

Na década atual, se percebe uma evolução nas práticas e conceitos de responsabilidade social empresarial, que ganha consistência como atividade profissional. Hoje, estas as ações são compreendidas não apenas como investimentos que resultaram do sucesso econômico das



empresas, mas são discutidas sob uma visão mais ampla, que permita identificar as condições sociais e ambientais que levaram à realização dos lucros. Esses elementos se tornam, então, fatores importantes de avaliação dos impactos econômicos dessas organizações. Fala-se, portanto, de uma visão estratégica de responsabilidade social como um dos elementos de base para garantir a evolução sustentável (LOUETTE, 2008).

Além disso, o desenvolvimento sustentável introduz uma dimensão ética e política que considera o desenvolvimento como processo de mudança social e, conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição equitativa dos custos e benefícios do desenvolvimento, bem como sua divulgação aos parceiros sociais (TINOCO; KRAEMER, 2008).

A Comissão das Comunidades Europeias (2001) definiu RSC como a integração voluntária, por parte das empresas, de assuntos socioambientais em suas operações e no relacionamento com as partes interessadas, dando origem a práticas que os satisfazem. De acordo com o Instituto Ethos (2007), o conceito de responsabilidade social é amplo, referindo-se a ética como princípio balizador com os quais a empresa interage. A questão da responsabilidade social vai além da postura legal de gestão empresarial, com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

Segundo Vazquez e Rodriguez (2013), na RSC, a gestão vai além da implantação da qualidade, respeito pelo ambiente ou prevenção de riscos ocupacionais; refere-se a gestão voluntária de todas as áreas da organização por meio de comportamento socialmente responsável.

A responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da entidade como um todo e por fim leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais (STAHLHÖFER, 2014).

Um modelo sustentável de responsabilidade social é aquele que a empresa define em seu planejamento estratégico, pois incorpora no relacionamento com seus *stakeholders*, com a comunidade em geral e a defesa do meio ambiente no cotidiano de suas atividades. É a cidadania empresarial fundamentada no comprometimento organizacional (INSTITUTO AKATU, 2010). De acordo com Espolzino, Silva e França (2014), tanto gestores como colaboradores precisam

estar alinhados para que essas ações de fato gerem resultados para as partes interessadas. A empresa tem por objetivo agregar valor à sociedade, colaboradores e à sua imagem perante todo o meio, e isso demanda grande esforço por parte de todos.

### 2.3 RESPONSABILIDADE E CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A questão socioambiental tem sido discutida, principalmente em relação à forma como as entidades devem se adequar, voluntariamente ou não, à realidade de divulgação e transparência das informações (DEGENHART et al., 2016; MELO et al., 2016). Assim, a responsabilidade social e ambiental das empresas pode ser considerada como uma questão de cultura da própria empresa, pois o interesse delas por essa responsabilização deve ser encarado como um benefício a médio e longo prazos, podendo também contribuir para atingir o desenvolvimento sustentável. É também um conceito, segundo o qual as empresas, numa base legal, estatutária ou voluntária, decidem contribuir para uma sociedade justa, com melhor qualidade de vida, preservando o ambiente (STAHLHÖFER, 2014).

Nessa perspectiva, uma empresa se comunica melhor com a sociedade ao desenvolver práticas conscientes de responsabilidade socioambiental, pelo fato de que, a partir do momento em que ela está consciente e convencida de seu papel socioambiental, trabalha para a melhoria contínua desta sociedade e ambiente (OLIVEIRA, 2008).

Da mesma forma que a responsabilidade socioambiental, a gestão socioambiental estratégica também exige a incorporação de novos valores e com base num comportamento ético. As empresas já estão nesse caminho e para isso, estão incluindo estes no seu planejamento estratégico e assumindo uma visão sistêmica de todo o processo (BOSSLE, 2008).

A questão socioambiental vem alcançando maior representatividade na discussão acadêmica no campo contábil. Em parte, porque a problemática relativa à sustentabilidade do negócio pressiona as rotinas das empresas, demandando um padrão de conduta corroborado por mecanismos que propiciem melhor transparência sobre a conduta empresarial, a vulnerabilidade e impactos econômico-financeiros que comprometem a trajetória das atividades empresariais a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (COSENZA, 2012).

A contabilidade tem também a finalidade de fornecer informações de natureza socioambiental a seus usuários, sejam eles internos ou externos. Por este motivo, a evidenciação de informações contábeis ambientais tem se tornado cada vez mais relevante (CORRÊA et al.,

2013). Dessa forma, quando a contabilidade mensura os impactos realizados pelas atividades das entidades está executando seu papel de ciência social (ROVER et al., 2005).

Nesse sentido, o conceito de contabilidade socioambiental emerge no campo da contabilidade por meio de uma abordagem que toma como base o arcabouço teórico construído através dos paradigmas inerentes à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e tem como objetivo evidenciar informações socioambientais das organizações (CHEN; ROBERTS, 2010). Melo et al. (2016) argumentam que a contabilidade socioambiental está cada vez mais presente em organizações e reforçam que tem por objetivo divulgar ações relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

A evidenciação socioambiental é compreendida como um meio utilizado pelas empresas para atender à demanda informacional de caráter social e ambiental de um determinado tipo de usuário (governo, acionistas, administradores, funcionários, fundações, associações, ONGs) (MAÇAMBANNI et al, 2013). Assim, as empresas apresentam informações dessa natureza principalmente em relatórios de responsabilidade social, onde se evidenciam informações sobre investimentos e indicadores socioambientais, buscando revelar a natureza e o montante de recursos empresariais destinados às ações de responsabilidade social interna e externa, de forma a medir o desempenho da cidadania empresarial (AZEVEDO; CRUZ, 2008).

## 2.4 ESTUDOS SIMILARES

Viera e Faria (2007) investigaram se as maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira evidenciaram informações de responsabilidade social a partir de um *checklist* baseado na NBC T 15. As autoras concluíram que poucas empresas evidenciaram de maneira adequada as informações referentes a responsabilidade social.

Sampaio et al. (2012) investigaram a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que praticavam a atividade de mineração no período de 2005 a 2009, para isto estabeleceu quatro grupos de categorias de indicadores pré-estabelecidos em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T-15 e além de outras recomendações dos institutos Ethos e IBASE, e diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). Os resultados apontaram crescimento no volume de informações socioambientais no período analisado.

Boca Santa et al. (2012) verificaram os investimentos nos indicadores sociais internos e externos de duas empresas do ramo têxtil por meio da análise vertical e horizontal dos indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e outros indicadores. Os autores concluíram que as empresas investiram em questões sociais e ambientais, porém não mostraram todos os valores monetários dos investimentos.

Barcelos et al. (2015), num estudo de caso, pesquisaram como determinada empresa divulga suas práticas e evidencia suas informações ambientais verificando a conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 15. Ao final de sua pesquisa, os autores concluíram que a empresa parece cumprir a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente e possuem capacidade de gerar benefícios econômicos.

Hammes Jr. e Flach (2015) analisaram o nível de evidenciação de informações socioambientais nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas brasileiras de mineração. Os autores utilizaram quatro grupos de indicadores existentes na NBC T 15, recomendações dos institutos Ethos e IBASE, e das diretrizes constantes no *Global Reporting Initiative* (GRI) para o desenvolvimento dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas brasileiras de mineração.

Mello, Hollnagel e Cei (2016) averiguaram se os elementos de divulgação estabelecidos na NBC T 15 foram ou não apresentados por quatro empresas do setor de energia elétrica nos anos de 2006 a 2014. Como conclusão observaram que foram mais evidenciados os investimentos e gastos com projetos ambientais, enquanto a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade foram menos evidenciados.

Marques (2017) analisou as demonstrações contábeis das empresas de capital aberto ganhadoras do prêmio transparência ANEFAC/FIPECAF/SERASA de 2015 para verificar se seguem as recomendações estabelecidas pela norma NBC T 15 em relação as informações ambientais. Os resultados revelaram que a maioria das empresas pesquisadas não seguem as recomendações da norma.

Oliveira, Lyrio e Portugal (2017) analisaram como as informações de natureza socioambiental foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras e Relatórios divulgados por empresas do ramo da mineração, no período de 2010 a 2016. Os autores utilizaram a seção 15.4.2.1 da NBC T 15 (R3) para análise da evidenciação de acordo com os itens exigidos pela norma. Segundo os autores, os resultados encontrados indicaram que havia pouca amplitude de informações voltadas à Contabilidade Ambiental.

Besen et al. (2018) verificaram se as informações sobre os custos ambientais evidenciados nas empresas de energia elétrica, listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) no ano de 2016 estavam de acordo com a NBC T 15 e a NPA 11 do IBRACON mediante os dados extraídos do Balanço Social, Notas Explicativas e Relatórios de Administração das empresas selecionadas no ano de 2016. Como resultado da pesquisa, as empresas verificadas não seguiram a determinação normativa, afirmando haver a necessidade de uniformização do conteúdo, para que assim atendessem as normas NBC T – 15 e a NPA 11.

Neste sentido o presente trabalho difere dos demais no sentido de levantar as empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade no ano de 2018, além de observar o cumprimento dos requisitos apresentados na norma NBC T – 15 pelas empresas estudadas, possibilitando assim, a análise das quatro categorias socioambientais extraídas da norma em relação à amostra pesquisada.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa limita-se em analisar se as informações socioambientais evidenciadas pelas grandes empresas listadas como Melhores Empresas Para se Trabalhar em 2018 pelo *Great Place to Work*, concernentes às informações publicadas em seus *websites* por meio do Relatório de Sustentabilidade estão em conformidade com a NBC T - 15.

#### 3.2 LEVANTAMENTO DA AMOSTRA

O programa de certificação *Great Place To Work* (GPTW) da Revista Exame (2018) abrange vinte (20) setores econômicos de atuação e é formado por 80 grandes empresas, classificadas dessa forma pelo próprio programa. O programa possui o intuito de avaliar a percepção dos funcionários em relação à empresa, por meio de pesquisa e diagnóstico do clima organizacional, fornecendo um selo digital de certificação se 70% dos funcionários declararem que a empresa possui um adequado ambiente organizacional (GTPW, 2019). Ao transformar a qualidade dos ambientes de trabalho, pode-se também transformar os valores e a maneira com que as pessoas se relacionam dentro e fora da empresa, contribuindo para a melhoria de nossa sociedade (GWTP, 2019).

Assim, buscou-se demonstrar as informações divulgadas pelas grandes empresas pertencentes ao programa a fim de verificar se a percepção dos funcionários em relação à qualidade do ambiente de trabalho pode ser observada nas práticas socioambientais divulgadas pelas empresas através do Relatório de Sustentabilidade.

Neste sentido, a pesquisa das informações sociais e ambientais realizou-se por meio dos Relatórios de Sustentabilidade publicados em 2018, fato que reduziu a amostra final para oito empresas dos setores: (i) Telecomunicações; (ii) Serviços Financeiros; Energia Elétrica e, (iv) Bens de Consumo (Quadro 1), visto que as demais empresas não publicaram o Relatório de Sustentabilidade no ano de 2018.

**Quadro 1**-Empresas que compuseram a amostra final.

<b>Empresas</b>	<b>Setor de Atuação</b>
Algar Telecom	Telecomunicações
Banco Mercantil	Serviços Financeiros
Bradesco	Serviços Financeiros
Cielo	Serviços Financeiros

Isa Cteep	Energia Elétrica
Itaú	Serviços Financeiros
Natura	Bens de Consumo
Telefônica Vivo	Telecomunicações

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

### 3.3 COLETA E PADRONIZAÇÃO DOS DADOS

Utilizou-se na coleta de dados, o procedimento de pesquisa documental, o qual se propõe a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Após a composição final da amostra, realizou-se a coleta de dados por meio das informações divulgadas nos *websites* das empresas estudadas, buscando o Relatório de Sustentabilidade de 2018, sendo ele o principal relatório publicado que apresenta as dimensões sociais e ambientais. A coleta dos relatórios aconteceu durante o mês de março do ano de 2019, através do *download* de todo o material encontrado, para que posteriormente fosse analisado.

A partir deste ponto, realizou-se a análise documental dos dados baseada em um *checklist* adaptado nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), especificamente na NBC T – 15, que aborda procedimentos para evidenciação de informações de caráter social e ambiental. Para tanto, os dados foram ordenados em quatro categorias totalizando trinta e cinco itens (Quadro 2).

**Quadro 2 - Checklist** adaptado da norma NBC T - 15

<b>Interação com o Meio Ambiente</b>
a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
h) passivos e contingências ambientais.
<b>Composição de Recursos Humanos</b>
a) total de empregados no final do exercício;
b) total de admissões;
c) total de demissões;
d) total de estagiários no final do exercício;
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
g) total de empregados por sexo;

h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos.
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados.
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.
<b>Remuneração e benefícios concedidos aos empregados</b>
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
c) gastos com encargos sociais;
d) gastos com alimentação;
e) gastos com transporte;
f) gastos com previdência privada;
g) gastos com saúde;
h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
j) gastos com cultura;
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
l) gastos com creches ou auxílio-creches;
m) participações nos lucros ou resultados.
<b>Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade</b>
a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Fonte: NBC T – 15 (2019).

Após o levantamento dos dados, cada um desses itens exigidos pela norma foi verificado conforme sua presença ou ausência da informação, bem como, classificadas de acordo com as seguintes proposições:

- (A) Informações que atendem os requisitos;
- (D) São informações descritivas sobre ações e projetos realizados pela companhia, dificultando assim a comparabilidade entre elas;
- (M) Informações monetárias expressas em reais;
- (NS) Informações evidenciadas como não significativas, pelas próprias empresas, visto que possuíam baixo valor, sendo assim, seus montantes não foram demonstrados;
- (Q) Informações quantitativas e;
- (-): Informações não evidenciadas.

Por fim, propôs-se um *ranking* com as posições ocupadas, levando em consideração o somatório dos valores atingidos pelas empresas, baseando-se no significado da informação. Tal como a análise dos resultados apresentados pelas quatro categorias constantes no *checklist* aplicado nas empresas da amostra.

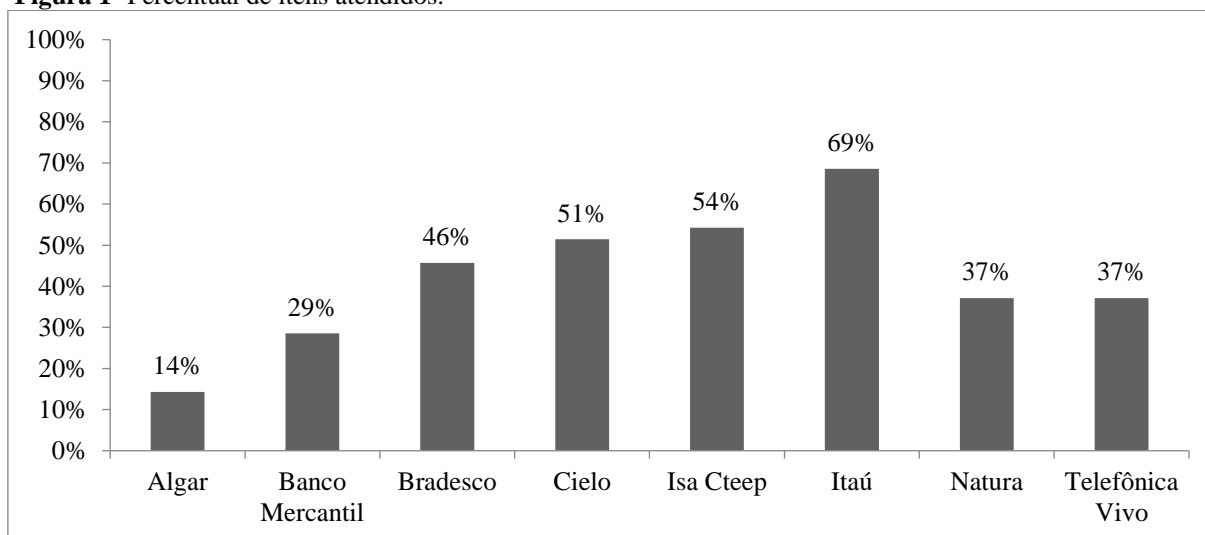


## 4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

### 4.1 RESULTADOS GERAIS

Em uma análise geral verificou-se o nível médio de evidenciação dos itens constantes no *checklist* de 42%, ou seja, dos 35 requisitos propostos, em média somente 15 aspectos foram divulgados. Em relação aos aspectos socioambientais, de acordo com os itens atendidos, verificou-se que nenhuma empresa evidenciou todos os itens pesquisados, além do fato de mais da metade das empresas não atenderem nem 50% dos itens propostos (Figura 1).

**Figura 1-** Percentual de itens atendidos.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As empresas que se destacaram com maior percentual de divulgação foram o Itaú (69%), Isa Cteep (54%), Cielo (51%) e Bradesco (46%), sendo elas as companhias que evidenciaram informações socioambientais em conformidade com o *checklist* acima da média. Enquanto as empresas Natura (37%), Telefônica Vivo (37%), Banco Mercantil (29%) e Algar (14%) apresentaram os menores índices de informações evidenciadas.

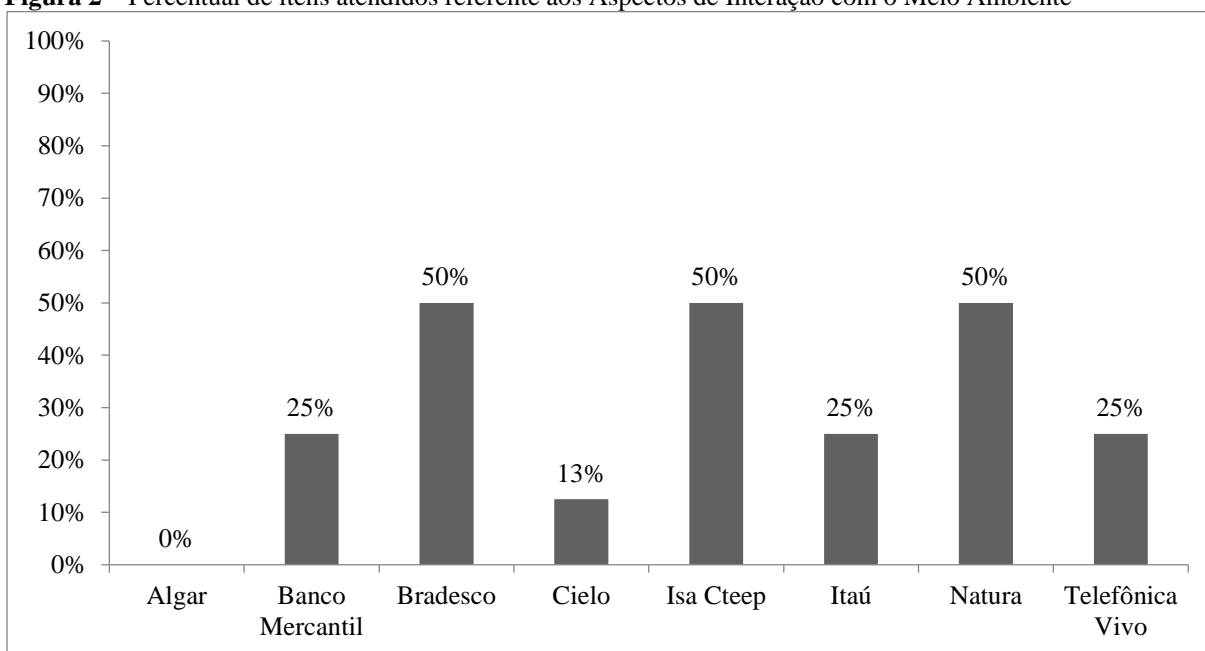
### 4.2 RESULTADOS POR CATEGORIA

#### 4.2.1 INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Analisando a categoria Interação com o Meio Ambiente afere-se que a maioria das informações evidenciadas pelas entidades são declarativas, tratando-se de informações

descritivas e específicas de cada empresa estudada, dificultando assim a comparabilidade entre as informações. Ressalta-se que apenas a empresa Isa Cteep divulgou o montante de investimentos e gastos com outros projetos ambientais, nesta categoria, o qual resultou em 2,5 milhões de reais. (Figura 2).

**Figura 2** – Percentual de itens atendidos referente aos Aspectos de Interação com o Meio Ambiente



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Salienta-se também que apenas as empresas Cielo e Natura sinalizaram que não houve valores significativos das multas e indenizações relativas ao aspecto ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.

#### 4.2.2 COMPOSIÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Avaliando a categoria Composição e Recursos Humanos observou-se que todas as empresas divulgaram o número total de empregados no final do exercício, em seguida as informações sobre admissões e demissões foram evidenciadas pela maioria das empresas, onde somente a Natura não divulgou a informação.

Pesquisou-se a rotatividade de pessoal por meio do fluxo de admissões e demissões e, verifica-se que metade das empresas demitiu mais funcionários do que contrataram novos. A empresa Bradesco demitiu mais funcionários do que contratou em 2018, contabilizando uma diferença negativa de 5.187 funcionários. Em contrapartida o Itaú, demonstrou maior número

de contratações em relação às demissões no ano de 2018, com uma diferença positiva de 4.779 funcionários (Quadro 3).

**Quadro 3 - Rotatividade do Pessoal.**

Itens	Empresas						
	Algar	Banco Mercantil	Bradesco	Cielo	Isa Cteep	Itaú	Telefônica Vivo
Total de admissões	10.866	639	2.809	1.665	106	15.446	6.395
Total de demissões	12.956	550	7.996	617	120	10.667	7.379
Diferença entre as admissões e demissões	-2.090	89	-5.187	1.048	-14	4.779	-984

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

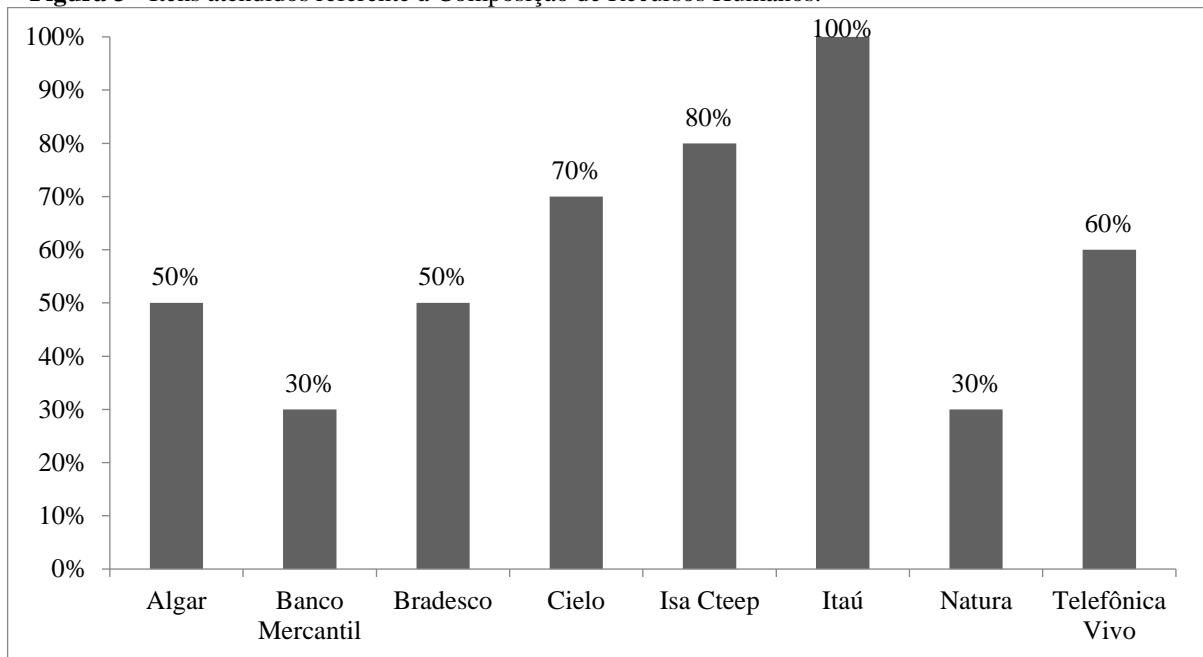
A maioria das empresas apresentam o quadro de colaboradores com maior número de pessoas do sexo masculino, exceto as empresas Itaú e Natura, as quais possuem o percentual de colaboradoras mulheres em 59% e 62%, respectivamente (Quadro 4).

**Quadro 4 – Percentual de colaboradores por sexo.**

Empresas	Total de Colaboradores (sexo)	
	Mulheres	Homens
Algar	48%	52%
Banco Mercantil	-	-
Bradesco	12%	88%
Cielo	41%	59%
Isa Cteep	15%	85%
Itaú	59%	41%
Natura	62%	38%
Telefônica Vivo	42%	58%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Destaca-se que houve aumento no percentual de evidenciação das informações em conformidade com o *checklist* (Figura 3). Ao passo que, esta é a primeira categoria em que uma empresa, neste caso Itaú, contempla todos os itens constantes nos requisitos propostos. Além do fato de, nesta categoria, somente as empresas Banco Mercantil e Natura apresentaram o percentual de 30% de atendimento aos itens, ou seja, as referidas empresas evidenciaram menos da metade dos itens.

**Figura 3 - Itens atendidos referente à Composição de Recursos Humanos.**

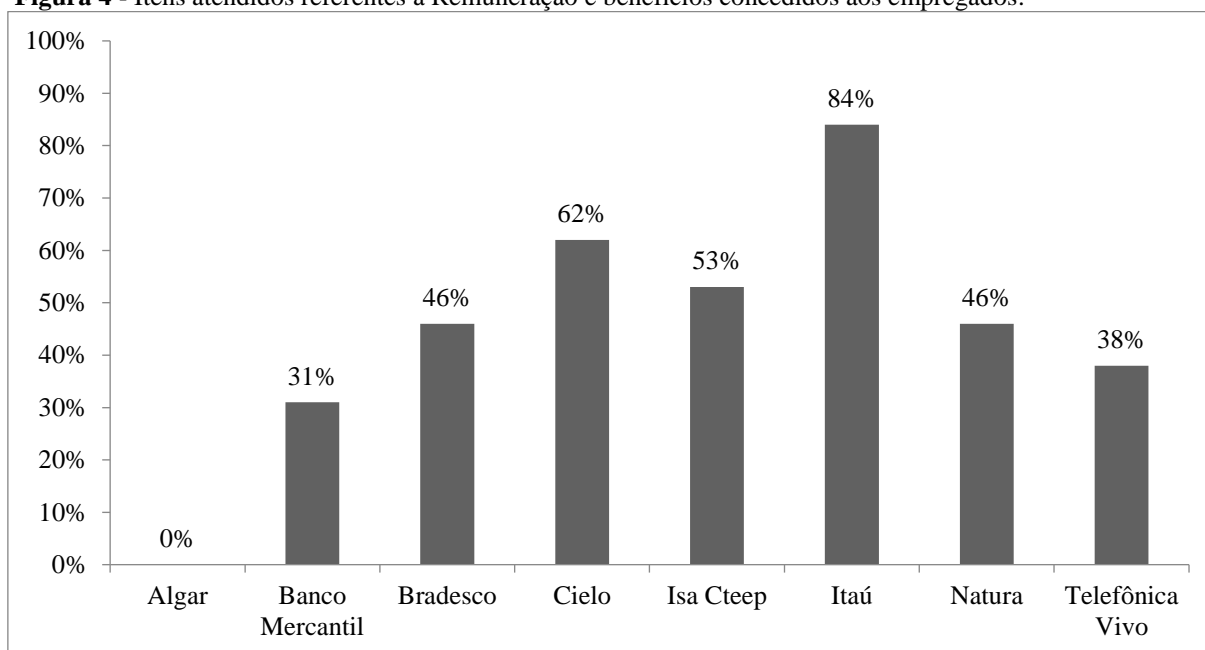
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre as informações evidenciadas pelo Banco Mercantil e Natura, consta o total de empregados no final do exercício, a qual todas as empresas divulgaram. Além dessa informação, o Banco Mercantil evidenciou também o número de admissões e demissões no período de 2018, enquanto a Natura divulgou o total de empregados por sexo e o percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

#### 4.2.3 REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

A categoria Remuneração e Benefícios Concedidos aos Empregados apresentam informações declarativas e informações monetárias, essas, possibilitam visualizar com maior clareza a evidenciação dos investimentos realizados no âmbito social interno das organizações estudadas. A pesquisa revelou menor número de evidenciação de acordo com os itens propostos.

A empresa Itaú evidenciou 84 % de itens nesta categoria, deixando apenas de divulgar a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, bem como a relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores. Porém nenhuma outra empresa evidenciou estas mesmas categorias (Figura 4).

**Figura 4** - Itens atendidos referentes à Remuneração e benefícios concedidos aos empregados.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em relação às informações monetárias divulgadas pelas companhias observa-se o Itaú como líder no montante total de investimentos relacionados à remuneração e benefícios concedidos pelos empregados (Quadro 5).

**Quadro 5** - Total de Remunerações e Benefícios Evidenciados.

<b>Ranking</b>	<b>Empresas</b>	<b>Valores Investidos (Em reais)</b>
1º	Itaú	R\$ 27.943.205.000,00
2º	Bradesco	R\$ 1.043.930.000,00
3º	Telefônica Vivo	R\$ 59.000.000,00
4º	Natura	R\$ 22.951.000,00
5º	Isa Cteep	R\$ 16.966.070,53
6º	Cielo	R\$ 7.343.000,00
7º	Banco Mercantil	R\$ 193.859,00
8º	Algar	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisar comparativamente a quantidade de itens evidenciados em relação ao montante de investimentos realizados pelas empresas, percebe-se que não há uma relação direta entre as duas informações, visto que as empresas que realizaram maiores investimentos no âmbito social interno de suas organizações não são necessariamente aquelas que atenderam mais itens de acordo com o *checklist* aplicado.

Neste sentido, nota-se a necessidade de maiores informações monetárias, que foram deficitárias em detrimento das informações declarativas divulgadas pelas empresas que se

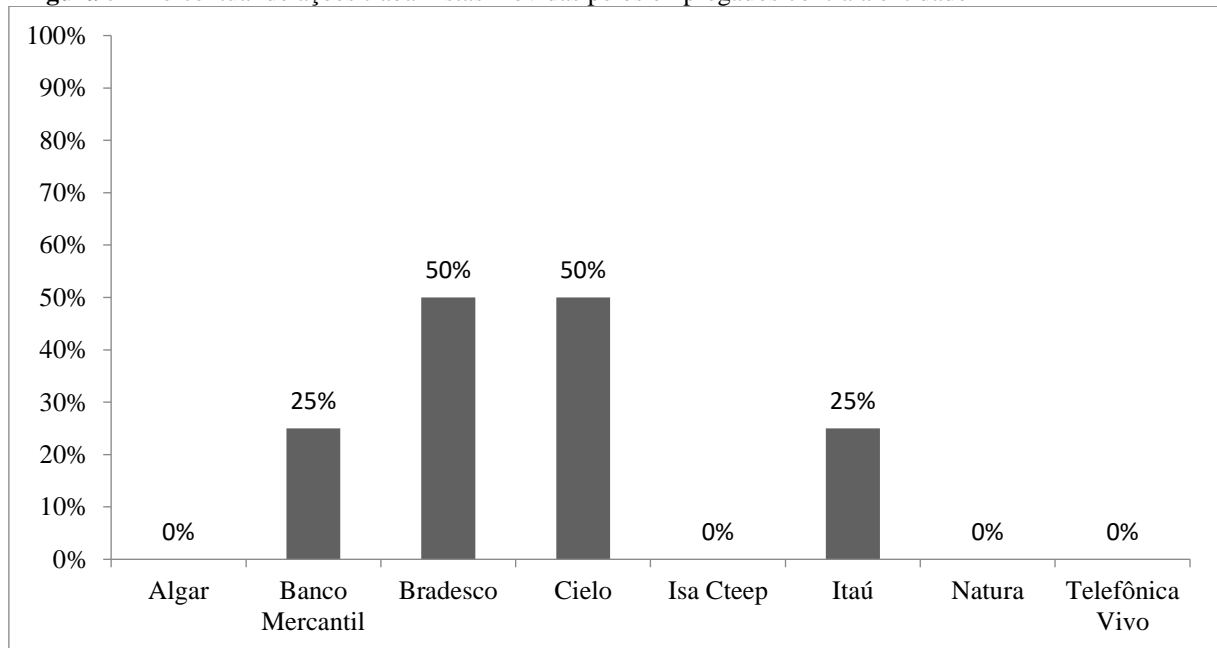
destacaram em relação à quantidade de itens atendidos, mas ocuparam as colocações menores no *ranking* elaborado.

#### 4.2.4 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE

A análise da categoria Ações Trabalhistas Movidas Pelos Empregados Contra a Entidade apontou a ausência de informações evidenciadas pelas empresas.

Destaca-se que somente dois itens foram atendidos, onde o primeiro refere-se ao número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, e, o valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (Figura 5).

**Figura 5** – Percentual de ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Referente ao número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, somente as empresas Bradesco e Cielo evidenciaram a quantidade de 26.242 e 161 processos trabalhistas respectivamente.

Verificou-se a relação entre os valores de indenizações e multas pagas em relação ao total investido nos colaboradores. Destaca-se as empresas Bradesco e Itaú, visto que os valores dispêndios com as indenizações e multas representaram baixo percentual em relação aos investimentos no pessoal realizados por elas, deste modo totalizando o percentual de 1,914% e

0,001% respectivamente, onde optou-se por usar três casas após a vírgula devido a representatividade revelar-se baixa (Quadro 6).

**Quadro 6** – Representatividade de Indenizações e Multas

<b>Empresas</b>	<b>Valor total de indenizações e multas pagas</b>	<b>Investimentos totais em Pessoal</b>	<b>Representatividade em relação aos Valores Investidos</b>
Bradesco	R\$ 19.986.000,00	R\$ 1.043.930.000,00	1,914%
Cielo	R\$ 5.462.528,29	R\$ 7.343.000,00	74,391%
Banco Mercantil	R\$ 122.670,00	R\$ 193.859,00	63,278%
Itaú	R\$ 177.000,00	R\$ 27.943.205.000,00	0,001%
Algar	-	-	-
Isa Cteep	-	R\$ 16.966.070,53	-
Natura	-	R\$ 22.951.000,00	-
Telefônica Vivo	-	R\$ 59.000.000,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em contrapartida, as empresas Cielo e Banco Mercantil demonstraram elevado percentual de representatividade em relação às indenizações e multas pelo montante investido, representado o percentual de 74% e 62% respectivamente.

Comparando com os Investimentos totais em Pessoal, observa-se que as empresas que mais investiram apresentaram o menor percentual de gastos com multas e indenizações em relação a estes investimentos. O mesmo ocorre inversamente com as empresas que menos investiram nesta categoria, revelaram maior percentual de gastos com indenizações e multas.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante da preocupação com a sustentabilidade e esforços para se obter vantagens competitivas, as companhias precisam caminhar em direção ao desenvolvimento, por meio de maneiras que conservem o meio ambiente concomitantemente a realização de ações pautadas na responsabilidade social. Assim, ressalta-se a importância da consciência empresarial responsável no âmbito socioambiental, como estratégia de gestão a fim de atender as necessidades de seus clientes, gerar valor aos *stakeholders* e a sociedade.

Neste contexto, a contabilidade emerge como instrumento de apoio para a evidenciação das informações socioambientais, auxiliando dessa forma como ferramenta orientadora rumo a transparência e clareza das informações socioambientais evidenciadas servindo de apoio às empresas e aos usuários das informações.

Assim, o presente trabalho analisou oito empresas eleitas como as Melhores Empresas Para se Trabalhar no ano de 2018 com o objetivo de identificar se as informações socioambientais estão sendo evidenciadas de acordo com a norma NBC T – 15, no que tange os aspectos de natureza ambiental e social.

Buscando atingir o objetivo da pesquisa, identificou-se que a maioria das grandes empresas contempladas no programa de certificação não divulgou no ano de 2018 o Relatório de Sustentabilidade, limitando assim a análise a um total 10% das empresas. É importante destacar, contudo, que as publicações de informações de cunho socioambiental ocorrem normalmente de forma voluntária, não existindo a obrigatoriedade relacionada à divulgação dessas informações.

Observou-se um nível médio de evidenciação das empresas de 42%, isto é, de um total de 35 itens propostos para divulgação, em média 15 foram divulgadas no ano de 2018, o que pode ser considerado um nível de evidenciação baixo, visto que a maioria das empresas não divulgou nem metade dos itens indicados. Além do agravante considerável, que foi a redução da amostra pelo fato de as empresas não divulgarem suas informações socioambientais atualizadas, impossibilitando assim a análise comparativa e de conformidade em relação à norma de todas as grandes empresas participantes do programa de certificação.

Aplicando o *checklist* proposto pela pesquisa verificou-se a divulgação de informações declarativas referentes às questões ambientais, onde as empresas limitam-se a descrever seus projetos e ações, deixando assim, de evidenciar de forma que possibilite a mensuração das informações. Porém em relação à remuneração e benefícios concedidos aos empregados notou-



se significativo aumento da divulgação por parte das empresas, onde foram evidenciados mais da metade dos itens. Por fim verificou-se a carência de informações relacionadas à mensuração da quantidade de processos judiciais trabalhistas, bem como os valores desembolsados.

Finalmente ao analisarem-se os investimentos no âmbito social interno das entidades, e as indenizações e multas pagas pelas mesmas, verificou-se a necessidade de maior comprometimento referente à divulgação e transparência das informações. Entretanto verificou-se que as empresas que mais investem em seus colaboradores possuem a menor representatividade de indenizações e multas quando relacionadas a estes investimentos.

De modo geral, ao analisar os resultados encontrados na pesquisa, constatou-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido referente à evidenciação das questões socioambientais de forma completa e transparente nos relatórios publicados pelas empresas da amostra. Identificou-se, pela pesquisa realizada, a deficiência da evidenciação de informações que revelem monetariamente os impactos e investimentos sobre as questões socioambientais, sendo necessário o aperfeiçoamento das informações divulgadas através de seus relatórios, buscando divulgá-las amplamente de forma clara e concisa.

Salienta-se que pesquisa visa contribuir para a reflexão para usuários da informação, visto que as empresas privadas influenciam o mercado e comunidade em que estão inseridas, se elas agem de forma harmônica entre o homem e a natureza. Ratificando seu compromisso com o meio ambiente, com os direitos humanos e trabalhistas visando desenvolverem-se de forma sustentável e responsiva na prática e não somente em declarações.

Consequentemente recomenda-se para futuras pesquisas o acompanhamento da ampliação ou não referente a evidenciação das informações socioambientais ao decorrer dos anos, para que seja verificado se as empresas estão realmente compromissadas com o desenvolvimento sustentável de forma responsável, bem como aplicação da análise da evidenciação em diferentes amostras.

## REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A.; QUEIROZ, A.; CARDOSO, A. J. G.; SOUZA, A. A.; ALVES, A. R.; TEODÓSIO, A. S. S.; BORINELI, B.; VENTURA, E. C. F.; CHAVES, J. B. L.; VELOSO, L. H. M.; ALIGIERI, L. M.; LIMA, P. R. S.; FERREIRA, R. N. *Ética e responsabilidade nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. (2008). Evidenciação das informações de natureza sócio ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. *Revista UEM Paraná*, v. 27, n. 1, 53-66. jan/abr.
- BARCELOS, D. P.; TASSIGNY, M. M.; CARLOS, M. G. O.; BIZARRIA, F. P. A.; FROTA, A. J. A. Evidenciação Ambiental à Luz da NBC T 15: O Caso da Natura. *AOS, Brasil*, v. 4, n.2, p. 127-114267, jul./dez. 2015. ISSN: 2238-8893
- BELLEN, H. M. VAN. *Gestão de sustentabilidade*. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2014.
- BERLATO, L. F.; SAUSSEN, F.; GOMEZ, L. S.R. A Sustentabilidade Empresarial como vantagem competitiva em branding. **Revista da Pesquisa**, Florianópolis, v. 11, n. 15, p.24-41, abr. 2016. Quadrimestral. . Disponível em: <[www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/6893/5254](http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/download/6893/5254)>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- BESSEN, F. G.; GOUVEIA, K. D. O.; SERAFIM, V. J.; ANDRADE, M.; ALMEIDA, R.S.D. Evidenciação das informações ambientais nas empresas de energia elétrica classificadas no índice de Sustentabilidade empresarial (ISE). XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória, ES, Brasil. nov. 2018
- BOCA SANTA, S. L.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O. Análise dos Balanços Sociais de Duas Empresas do Setor Têxtil de Santa Catarina. *Revista de Contabilidade UFBA, Salvador-Ba*, v. 6, n. 1, p. 66-79, janeiro-abril 2012.
- BOSSLE, M. B. *Responsabilidade Sócio-Ambiental em Pequenas Empresas de Serviços*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Administrativas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- BUENO, W. C. **Comunicação Empresarial e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2015. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=rZkgCwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2019.
- CENTRO DE TECNOLOGIA DE EDIFICAÇÕES (CTE). **Inovação e novos modelos de negócios na construção: temas da oficina promovida pelo CTE em 16.06**. 2016. Disponível em: <<http://www.cte.com.br/noticias/2016-04-29inovacao-e-novos-modelos-de-negocios-na-/>> Acesso em: 24 abr. 2019.

CHEN, J. C., ROBERTS, R. W. (2010). Toward a more coherent understanding of the organization–society relationship: a theoretical consideration for Social and Environmental Accounting Research. *Journal of Business Ethics*, 97(1), 651-665.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro Verde**. 2001. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf)>. Acesso em 3 de mar. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução CFC NBC T15. 2004. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)> Acesso em 6 mai. 2019.

CORRÊA, S. R. S.; MOTA, R. S.; ESTIVAL, K. G. S.; CINTRA, L. A. V.; JABUR, D. M. A. Contabilidade Ambiental como Garantia de Responsabilidade Ambiental: o caso do passivo ambiental. **Revista Brasileira de Contabilidade**, RBC 200, 2013.

COSENZA, J. P. Breve panorama da contabilidade socioambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 101 - p.104, out, 2012. ISSN 1984-3291.

COSTA, M. M.; COHEN, I.; SCHAEFFER, R. Social Features of Energy Production and Use in Brazil: goals for a sustainable energy future. **Natural Resources Forum**, Hoboken, n. 31, p. 11-20. 2007.

DEGENHART, L., ROSA, F. S., HEIN, N. & VOGT, M. (2016). Avaliação do grau de evidenciação dos impactos ambientais em relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais de empresas brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, 6(1), 81-103.

DIAS, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

DIAS, C. P.; FILHO, R. N. L.; PINEHIRO, F. M. G; SILVA, T.B.J.; MOREIRA, R.C. Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria da Legitimidade e Isomorfismo: Um Estudo com Mineradoras Brasileiras. **G&Cont**, v. 1, n. 1, Florianó-PI, Jan-Jun. 2014.

ESPOLZINO, J. O.; SILVA, M. H. C; FRANÇA, R. S. Responsabilidade Social Corporativa e as Organizações Modernas. Monografia (Graduação em administração de empresas) – Faculdade de Pindamonhangaba. Pindamonhangaba, 2014.

FILHO, B. A. C.; ROSA, F. Maturidade em gestão ambiental: Revistando as melhores práticas. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre. Edição 86 – Nº 2 – Maio / Agosto 2017 – p. 110 – 134.

GARAY, H. D. E.; **Compliance de dados e ‘duediligence’ nas organizações**. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/compliance-de-dados-e-due-diligence-nas-organizacoes/>> Acesso em 7 mai. 2019

GREAT PLACE TO WORK. **Programa de certificação GPTW**. 2019. Disponível em: <<https://gptw.com.br/certificacao/>> Acesso em 15 fev. 2019.

HAMMES JR, D. D.; FLACH, L. Evidenciação de Informações Socioambientais, Teoria Institucional e Disclosure: Um Estudo com Mineradoras Brasileiras. Congresso de Contabilidade. Santa Catarina, 2015.

INSTITUTO AKATU. **O modelo de gestão empresarial e a responsabilidade social.** Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/noticia/o-modelo-de-gestao-empresarial-e-a-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial.** Disponível em: <[https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Conc\\_Bas\\_e\\_Indic\\_de\\_Respon\\_Soc\\_Empres\\_5edi.pdf](https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Conc_Bas_e_Indic_de_Respon_Soc_Empres_5edi.pdf)>. Acesso em 14 mar. 2019.

KUZMA, L. E.; DOLIVEIRA, S. L. D.; SILVA A. Q. Competências para a sustentabilidade organizacional: uma revisão sistemática. **CadernosEBAPE.BR**, v. 15, Edição Especial, Artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2017.

LÉON-SORIANO, R.; MUNÔZ-TORRES, M. J.; CHALMETA ROSALEN, R. Methodology for sustainability strategic planning and management. **Industrial Management & Data Systems**, v. 110, n. 2, p. 249-268, 2010.

LOUETTE, A. Compêndio para a sustentabilidade. São Paulo: Antakarana Cultura e Arte Ciência Ltda., 2008.

MAÇAMBANNI, T. A.; BELLEN, H. M. V.; DA SILVA, T. L.; VENTURA, C. Evidenciação Socioambiental: Uma análise do balanço social de empresas do setor elétrico que atuam nas regiões sul e nordeste do Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.2, n} 1, p 123-142, São Paulo, Jan/Jun. 2013.

MARQUES, L. O. Interação com o meio ambiente e divulgação dos relatórios: Uma análise das empresas ganhadoras do prêmio transparência ANEFAC/FIPECAF/SERASA, a luz da Norma Brasileira de Contabilidade, da teoria da divulgação e da legitimidade. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP– REFICONT** – v. 4, n. 2, Jul/Dez – 2017

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação Ambiental Segundo a NBC T 15: Uma Análise em Quatro Empresas do Setor de Energia Elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, v.3, n.2. p. 93-109, Jul- Dez. 2016.

MELLO, M. F.; MELLO A. Z. Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2018.

MELO, H. D., MELO, J. F. M., PEREIRA, A. W. R.; BARBOSA, M. F. N. Análise da frequência dos itens ambientais nos instrumentos de evidenciação voluntária e obrigatória: estudo de caso nas empresas do segmento de siderurgia registradas na Bovespa entre o período de 2008 a 2012. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, 6(1), 24-42, 2016.

OLIVEIRA, A. S.; LYRIO, E. F.; PORTUGAL, G. T. Disclosure: Um Estudo Sobre a Evidenciação de Informações Socioambientais em Empresas Mineradoras Brasileiras. Congresso de Administração Sociedade e Inovação. Rio de Janeiro, nov-dez 2017.

OLIVEIRA, J. Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RIBEIRO, M. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, J.; DUARTE, M. Responsabilidade social e ambiental das empresas. 1. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. Análise do Conteúdo Ambiental das Demonstrações Contábeis Publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III. Congresso USP. Fipecafi. São Paulo: Outubro, 2005.

SANTOS, É. H.; SILVA, M. A. **Revista Ciência Contemporânea**. São Paulo, jun./dez. 2017, v.2, n.1, p. 75 – 94. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20180301124814.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124814.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. & GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul., 2009

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. D. S.; BRUNI, A. L.; FILHO, J. M. D. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: Um Estudo com Mineradores Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 105-122, jan./mar., 2012.

STAHLHÖFER, N. Percepção dos Gestores de Uma Cooperativa Agropecuária na Questão da Responsabilidade Social. Monografia (Pós-Graduação em Controladoria e Gestão Tributária) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí, 2014.

TEIXEIRA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. (2014). Estudo bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais. *RGSA -Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(1), 20-36.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2008.

VÁZQUEZ, E. V.; RODRIGUEZ, E. S. Principles of CSR on models of excellence. In J. A. C. Santos, P. Águas, & F. P. Ribeiro (Eds.), **Strategic management, entrepreneurship & innovation** (pp. 1122-1133, 4 Vol.). Faro: Universidade do Algarve, (2013).

VELLANI, C. L. Contabilidade e responsabilidade social. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por Empresas dos Segmentos de Bebidas e Alimentos: Uma Pesquisa Documental. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007



**APÊNDICE B – COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

<b>Composição de Recursos Humanos</b>	<b>Algar</b>	<b>Banco Mercantil</b>	<b>Bradesco</b>	<b>Cielo</b>	<b>Isa Cteep</b>	<b>Itaú</b>	<b>Natura</b>	<b>Telefônica Vivo</b>
a) total de empregados no final do exercício;	16.133	3.971	98.605	3.108	1.524	95.315	6.635	32.638
b) total de admissões;	10.866	639	2.809	1.665	106	15.446	-	6.395
c) total de demissões;	12.956	550	7.996	617	120	10667	-	7.379
d) total de estagiários no final do exercício;	-	-	100	-	55	5592	-	27
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;	-	-	-	-	54	4187	-	-
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	-	-	229	1.060	-	47.832	-	-
g) total de empregados por sexo;	A	-	-	A	A	A	A	A
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos.	A	-	-	A	A	A	-	-
i) total de empregados por nível de escolaridade.	-	-	-	-	-	A	-	-
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	-	-	-	A	A	A	A	A

**APÊNDICE C – REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**

<b>Remuneração e benefícios concedidos aos empregados</b>	<b>Algar</b>	<b>Banco Mercantil</b>	<b>Bradesco</b>	<b>Cielo</b>	<b>Isa Cteep</b>	<b>Itaú</b>	<b>Natura</b>	<b>Telefônica Vivo</b>
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;	-	-		-	-	-	-	-
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;	-	-		-	-	-	-	-
c) gastos com encargos sociais;	-	R\$ 179.302	R\$ 11,5 M	R\$ 1,39 M	R\$ 19.192	R\$ 3 BI	-	
d) gastos com alimentação;	-	-	D	D	-	R\$7,3 M	-	-
e) gastos com transporte;	-	-	764 M	D	-	D	-	-
f) gastos com previdência privada;	-	R\$ 14.557	-	D	-	R\$ 23 M	-	D
g) gastos com saúde;	-	-	-	D	R\$ 4,608 M	R\$ 2,5 M	D	D
h) gastos com segurança e medicina do trabalho;	-	-	-	-	D	D	D	
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);	-	-	-	R\$ 1,53 M	R\$ 1,6 M	R\$ 1,9 M	R\$ 12,051 M	R\$ 59 M
j) gastos com cultura;	-	R\$ 180.000	-	D	R\$ 6,4 M	R\$ 108,4 M	10,9 M	D
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;	-	D	R\$ 175 M	R\$ 4,9 M	R\$ 4,2 M	R\$ 24,8 BI	D	D
l) gastos com creches ou auxílio-creches;	-	-	R\$ 91,2 M	-	-	D	-	-
m) participações nos lucros ou resultados.	-	-	R\$ 2,173 M	-	D	D	D	-



**APÊNDICE D – AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE**

<b>Ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade</b>	<b>Algar</b>	<b>Banco Mercantil</b>	<b>Bradesco</b>	<b>Cielo</b>	<b>Isa Cteep</b>	<b>Itaú</b>	<b>Natura</b>	<b>Telefônica Vivo</b>
a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;	-	-	26.242	161	-	-	-	-
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;	-	-	-	-	-	-	-	-
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;	-	-	-	-	-	-	-	-
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	-	R\$ 122.670	R\$ 19,986 M	R\$ 5,46 M	-	R\$ 177.00 0	-	-